



Ministério da Economia
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



Processo nº 10680.910702/2013-78
Recurso Voluntário
Acórdão nº **1401-006.033 – 1ª Seção de Julgamento / 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária**
Sessão de 17 de novembro de 2021
Recorrente ENGESOLO ENGENHARIA LTDA
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA (IRPJ)

Ano-calendário: 2008

DIREITO CREDITÓRIO. SALDO NEGATIVO DE IRPJ. DIVERGÊNCIA ENTRE DIJ E DCTF

Não tendo o contribuinte colacionado prova do erro no preenchimento da DCTF cujas informações infirmam seu direito creditório não merece reconhecimento o direito creditório pleiteado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Luiz Augusto de Souza Gonçalves - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Lucas Issa Halah - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Luiz Augusto de Souza Gonçalves, Carlos André Soares Nogueira, Cláudio de Andrade Camerano, Itamar Artur Magalhaes Alves Ruga, Daniel Ribeiro Silva, Andre Luis Ulrich Pinto, Andre Severo Chaves e Lucas Issa Halah.

Relatório

Na origem trata-se de manifestação de inconformidade (fls. 02/03) contra despacho decisório (fl. 62) que **homologou parcialmente** a compensação declarada pelo contribuinte no PER/DCOMP nº 32911.36907.291009.1.3.04-5395 (fls. 63/66), por meio da qual o contribuinte buscava o aproveitamento de Pagamento Indevido ou a Maior de IRPJ do 4º

trimestre do ano-calendário de 2008 para compensar débitos de estimativa de IRPJ do mês de setembro de 2009.

O Direito Creditório pleiteado encontra-se discriminado na PER/DCOMP n.º com Demonstrativo de Crédito 03980.42951.291009.1.7.04-7183 (fls. 67/71), que retificou a PER/DCOMP n.º 09047.46645.300909.1.3.04-2745.

O Despacho Decisório consignou que o DARF no valor de R\$ 173.781,78 foi parcialmente utilizado para a quitação de débitos confessados pelo contribuinte na DCOMP 03980.42951.291009.1.7.04-7183 e na DCTF, restando crédito disponível no valor original de apenas R\$ 295,94, suficiente para a compensação apenas parcial dos débitos indicados no PER/DCOMP n.º 32911.36907.291009.1.3.04-5395.

Cientificado do Despacho Decisório, o Contribuinte apresentou a Manifestação de Inconformidade de fls. 02/03, de cujo teor se extrai que o cerne do inconformismo reside na alegação de que o PER/DCOMP com demonstrativo de crédito teria sido transmitido com erro, entendendo o contribuinte que o valor original do crédito informado na DCOMP original com demonstrativo do crédito foi de R\$ 4.726,21, quando deveria ter sido de R\$ 15.608,19, conforme informado na DCOMP com demonstrativo de crédito retificadora (03980.42951.291009.1.7.04-7183).

O Acórdão Recorrido negou provimento à Manifestação de Inconformidade diante da divergência entre a DIPJ (que confirmaria o direito creditório do contribuinte) e a DCTF. Entendeu que esta última deveria prevalecer dada a ausência de retificação da DCTF e de qualquer comprovação de erro em seu preenchimento, já que a DCTF implica confissão de dívida e a DIPJ não. Por isso, entendeu não se tratar de mero erro de preenchimento da DCOMP.

Consignou, ao final, que na DCTF (última Retificadora ativa apresentada, em 04/2010), o contribuinte declarou IRPJ devido, com relação ao AC 2008, de R\$ 169.055,57; por isso, a partir da DCTF, o direito de restituição se restringia ao valor de R\$ 4.726,21 (= 173.781,78 - 169.055,57), que coincide com o valor originário do saldo credor disponível declarado na PER/DCOMP n.º 09047.46645.300909.1.3.04-2745 (a DCOMP original com demonstrativo de crédito), o que contradiria o argumento de erro, e explicita a omissão da interessada, em providenciar formal retificação da DCTF, e documentar devidamente a comprovação de eventual erro na DCTF que viesse a ser substituída.

Cientificado em 27/03/2020 (fl. 93), o contribuinte interpôs Recurso Voluntário no qual, em síntese, alega que a DRJ se ateve a uma formalidade (não retificação da DCTF), violando o princípio da verdade material.

É o relatório

Voto

Conselheiro Lucas Issa Halah, Relator.

1 - Admissibilidade

Inicialmente, reconheço a competência deste Colegiado para apreciação do Recurso Voluntário, na forma do art. 2º da Portaria MF nº 343/2015 (Regimento Interno do CARF).

No mais, o Recurso Voluntário é tempestivo e atende aos demais requisitos de admissibilidade, portanto, dele conheço.

2 - Mérito

Entendo que o contexto fático-probatório do caso leva ao não provimento do Recurso Voluntário.

O art. 170 do Código Tributário Nacional - CTN estabelece que a lei pode, nas condições e garantias que especifica, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.

Em consonância com o art. 170 do Código Tributário Nacional - CTN, o art. 74 da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e respectivas alterações, dispõe que a compensação deve ser efetuada mediante a entrega, pelo sujeito passivo, de declaração em que constem informações relativas aos créditos utilizados e aos débitos compensados. O mencionado dispositivo estabelece, ainda, que a compensação declarada à Receita Federal do Brasil extingue o crédito tributário, sob condição resolutória de sua ulterior homologação.

Faz-se necessário, portanto, que o crédito fiscal do sujeito passivo seja líquido e certo para que possa ser compensado (art. 170 CTN c/c art. 74, §1º da Lei 9.430/96).

Por outro lado, a verdade material, como corolário do princípio da legalidade dos atos administrativos, impõe que prevaleça a verdade acerca dos fatos alegados no processo. O que nos leva a analisar o ônus probatório.

Nos termos do art. 373 da Lei 13.105, de 2015 - CPC/2015, o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito; e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. O que significa dizer, regra geral, que cabe a quem pleiteia, provar os fatos alegados, garantindo-se à outra parte infirmar tal pretensão com outros elementos probatórios.

Nessa esteira, cabe ao contribuinte provar a liquidez e certeza do direito creditório postulado, exceto nos casos de erro evidente, de fácil constatação. Uma vez colacionados aos autos elementos probatórios suficientes e hábeis, eventual equívoco, que deve ser analisado caso a caso, não pode figurar como óbice ao direito creditório. Por outro lado, a não apresentação de elementos probatórios prejudica a liquidez e certeza do crédito vindicado.

E não se nega ao contribuinte retificar as declarações transmitidas ao Fisco, mesmo após a emissão de Despacho Decisório, nem mesmo se nega o reconhecimento de direito creditório comprovado independentemente da retificação de suas declarações visando à redução

de débito confessado. Ocorre que isso só é admissível mediante a comprovação do erro, conforme leciona o § 1º do art. 147 do CTN. Vale dizer, a mera alegação de que as informações em DCTF estão equivocadas ou a mera retificação da DCTF após a ciência do Despacho Decisório são insuficientes para a comprovação do direito creditório, conforme assentado pela recente Súmula CARF n.º 164 cujo racional se aplica ao caso em questão.

“Súmula CARF n.º 164:

A retificação de DCTF após a ciência do despacho decisório que indeferiu o pedido de restituição ou que não homologou a declaração de compensação é insuficiente para a comprovação do crédito, sendo indispensável a comprovação do erro em que se fundamenta a retificação.”

E tampouco a DIPJ tem sido admitida como suficiente para infirmar as informações contidas na DCTF, porque a DCTF implica a confissão de dívida, enquanto a DIPJ não, nos termos da Súmula CARF n.º 92.

“Súmula CARF n.º 92

A DIPJ, desde a sua instituição, não constitui confissão de dívida, nem instrumento hábil e suficiente para a exigência de crédito tributário nela informado.

Acórdãos Precedentes:

Acórdão n.º 3401-001.637, de 10/11/2011; Acórdão n.º 1302-00.620, de 30/6/2011; Acórdão n.º 3101-00.664, de 7/4/2011; Acórdão n.º 9101-00.503, de 25/1/2010; Acórdão n.º 105-17.341, de 13/11/2008; Acórdão n.º 103-22.990, de 25/4/2007; Acórdão n.º 01-05.624, de 26/03/2007; Acórdão n.º 108-07.492, de 14/08/2003”

Dessa maneira, ao defender a prevalência da DIPJ sobre a DCTF, o contribuinte deve comprovar que as informações constantes nesta última declaração estão incorretas.

Entretanto, devemos também ponderar que a utilização dos Despachos Decisórios Eletrônicos como meio precípua de análise do direito creditório prejudicou sobremaneira o chamado “diálogo das provas”, seja pela fundamentação telegráfica contida nos Despachos Decisórios Eletrônicos, seja pela ausência de intervenção humana no processo de análise, como regra geral.

É verdade que em determinadas situações parametrizadas pela Receita Federal, a análise eletrônica do direito creditório é interrompida para que a intervenção humana manual melhor avalie a situação, inclusive por meio da realização de diligências e intimação do contribuinte para fornecer documentos e prestar informações. Nestes casos excepcionais de intervenção manual, o diálogo das provas tende a desenvolver-se desde antes da emissão do Despacho Decisório, o que assegura maior segurança de que o contribuinte foi cientificado das

causas exatas da dúvida posta sobre seu direito creditório e também foi cientificado acerca das provas que, aos olhos da fiscalização, seriam necessárias para sanar tais dúvidas oriundas inicialmente do cruzamento eletrônico das informações constantes nas bases de dados da Receita Federal.

Por outro lado, na maioria das situações, como a presente, o contribuinte recebe um despacho decisório exclusivamente eletrônico enxuto, com poucas informações sobre a causa do não reconhecimento do direito creditório e nenhuma informação sobre que provas seriam aptas para comprovar o direito creditório. Nestes casos, via de regra, o Acórdão da DRJ assume a importante responsabilidade de colocar luz sobre quais elementos da prova trazida pelo contribuinte foram deficientes, por qual razão foi considerada deficiente e quais documentos deveria o contribuinte ter trazido para permitir o escrutínio adequado e certo de seu direito creditório.

Por isso, o diálogo das provas acaba por se desenvolver com maior profusão ao longo da fase contenciosa do processo administrativo fiscal (PAF), admitindo-se inclusive (como a corrente hoje majoritária — mas não unânime — no CARF reverbera) a juntada de provas novas pelo contribuinte independentemente dos marcos preclusivos previstos pelo artigo 16 do Decreto nº 70.235/72.

Entendo, sob essa ótica, que o papel de orientação da DRJ é importante, pois muito embora a contabilidade regular instruída com a documentação apta faça prova a favor do contribuinte, a disposição contida no artigo 9º do Decreto-Lei 1.598/77 é bastante ampla e a própria jurisprudência não é consistente na eleição da documentação que, em cada situação, seria suficiente a fazer prova do direito creditório. *In verbis*:

“Art 9º - A determinação do lucro real pelo contribuinte está sujeita a verificação pela autoridade tributária, com base no exame de livros e documentos da sua escrituração, na escrituração de outros contribuintes, em informação ou esclarecimentos do contribuinte ou de terceiros, ou em qualquer outro elemento de prova.

§ 1º - A escrituração mantida com observância das disposições legais faz prova a favor do contribuinte dos fatos nela registrados e comprovados por documentos hábeis, segundo sua natureza, ou assim definidos em preceitos legais.”

Evidentemente, no cenário ideal, o contribuinte deveria ter apresentado documentação vasta, atrelada a sua contabilidade, especialmente o Livro Razão, reconstituindo a apuração da estimativa alegadamente paga a maior e assim demonstrando o recolhimento indevido.

Todavia, **também no cenário ideal, munida de todo o conhecimento e aparato orçamentário que possui e dos quais carece a grande maioria dos contribuintes, a Receita Federal deveria antes mesmo da proclamação da decisão de primeiro grau, especialmente quando há divergência entre duas declarações oficiais do contribuinte transmitidas à Receita Federal (DIPJ e DCTF) converter o processo em diligência para obter os documentos comprobatórios necessários ou complementares, elencando-os em intimação**

dirigida ao contribuinte, haja vista que a não homologação da compensação pretendida foi realizada por Despacho Decisório Eletrônico, que é automático e muito sintético, o que, por sua própria natureza, dificulta a confirmação probatória a ser eventualmente apresentada pelo contribuinte naquele momento inicial.

Entretanto, o Direito não se aplica no mundo das ideias, mas no mundo dos fatos em que as Condições Normais de Temperatura e Pressão não se verificam, sendo portanto necessárias adequações por meio da atividade interpretativa de, a partir das fontes do Direito, criar a norma **no caso concreto**.

Sob esta ótica, a análise dos autos nos permite verificar se há ausência de prova cabal nesta etapa processual e se, existindo, decorre ela de simples comodismo do contribuinte, ou se o contribuinte, nos limites de sua compreensão e considerando o diálogo e esclarecimentos postos pelo Acórdão da DRJ, mostrou-se diligente promovendo a evolução dialética do diálogo das provas, trazendo elementos novos cuja suficiência para infirmar as premissas do Acórdão Recorrido merece ser avaliada.

No caso em questão, verifico que o contribuinte não se empenhou em comprovar que o direito creditório pleiteado e refletido na DIPJ seria líquido e certo, nem mesmo em comprovar o alegado equívoco nas informações consignadas na DCTF. Nenhum documento trouxe nesse sentido em sua Manifestação de Inconformidade à qual colacionou apenas os PER/DCOMPs em questão.

Verifico, ainda, que a DRJ, muito embora não tenha especificado que provas seriam necessárias, consignou que o contribuinte deveria *documentar devidamente a comprovação eventual erro na DCTF que viesse a ser substituída*, mas mesmo assim o contribuinte limitou-se a anexar ao seu Recurso Voluntário apenas o comprovante de pagamento do IRPJ do período, que evidentemente não tem o condão de comprovar o correto montante devido ao final do período de apuração. Se a divergência recai sobre o valor do IRPJ devido, evidentemente que sobre este fato deveria recair a prova, e tal limite da lide foi bem esclarecido no Acórdão Recorrido.

Pelo exposto, considerando as peculiaridades do caso concreto, entendo que o contribuinte não se desincumbiu de seu ônus probatório mínimo.

3 - Dispositivo

Diante do exposto, voto por conhecer do Recurso Voluntário para, no mérito, negar-lhe provimento,

É como voto.

(documento assinado digitalmente)

Lucas Issa Halah

